

AS DOENÇAS VIRANDO NOTÍCIAS: OS DISCURSOS SOBRE DOENÇAS NA IMPRENSA DA PARAÍBA (1850-1860)¹

Elyonara de Brito Lyra Targino²
Serioja Rodrigues Cordeiro Mariano³

RESUMO

O presente trabalho faz parte das pesquisas que desenvolvemos na Iniciação Científica e tem como objetivo analisar as representações acerca das doenças nos jornais da Paraíba, entre os anos de 1850 a 1860. Compreendida como um fator também social, a doença é anunciada nas páginas dos jornais como castigo ou vontade divina, possuindo um caráter político quando apresentada como consequência da ausência de medidas higienistas por parte do governo para a preservação da saúde da população. Nos discursos percebemos que, muitas vezes, a falta de salubridade pública e a chegada das doenças na província eram utilizadas pelos opositores para criticar o governo. Esse tipo de discurso nos jornais, por exemplo, eram tidos como armas políticas para reforçar o que havia, por parte do governo, uma má gestão, e expressar a “opinião pública”. A partir das pesquisas nos periódicos *O Tempo* e *A Regeneração*, percebemos também como o discurso médico acadêmico era propalado, segundo consta, visando instruir a população no que diz respeito à higiene, modificando costumes, ritos e saberes, perpassando a vida privada dos indivíduos. Além das pesquisas nos periódicos, utilizamos os Relatórios dos Presidentes de Província para explanar os discursos políticos conflitantes entre a imprensa e os anúncios oficiais do governo.

Palavras-chave: Imprensa, Periódicos, Doença, Culturas políticas, Poder, Médicos, Discurso.

Illm. E Exm. Senhor – Em obediência as ordens, que recebi de V. Exc. Vocalmente e por officio n. 590 de 27 do corrente mez, parti logo a tarde deste mesmo dia para a povoação da Cruz do Espírito Santo, a fim de *examinar o estado de salubridade publica* daquela localidade, onde se disia ter apparecido o *cholera-morbus*. (A REGENERAÇÃO, 07/02/1862, N. 72. Grifos nossos)

A notícia acima extraída do jornal *A Regeneração* relata, o envio do médico, o Dr. Antônio da Cruz Cordeiro, para a povoação da Cruz do Espírito Santo, atendendo ao pedido do presidente da província Francisco de Araujo Lima, para avaliar a situação da salubridade na localidade e nos moradores que apresentavam os possíveis sintomas do cólera. O temor das autoridades públicas se justifica tendo em vista que no ano de 1856

¹ No que diz respeito a grafia da palavra Paraíba, tornamo-nos cientes das possibilidades de escrita como “Paraíba”, grafia atual, e “Parahyba/Parahiba”, grafia do séc. XIX e XX. Usaremos “Paraíba” quando usarmos nossas palavras e manteremos a grafia encontrada nos documentos.

² Graduanda em História pela Universidade Federal da Paraíba e bolsista de Iniciação Científica (PIBIC) no projeto “Adoecer e Morrer na Província da Paraíba na Segunda Metade do Oitocentos” com o plano de pesquisa: “Os Discursos sobre Doença e Morte nos Impressos da Paraíba (1850-1860)”. Trabalho sob orientação da Profª. Drª. Serioja R. C. Mariano.

³ Professora do DH e do PPGH da Universidade Federal da Paraíba. Líder do Grupo de Pesquisa “Sociedade e Cultura no Nordeste Oitocentista”.

uma grande epidemia, de febre amarela e de cólera, teria matado cerca de 23.390 pessoas. Um fato que aterrorizava e ficou marcado na memória dos habitantes da Paraíba, que temiam serem atingidos, mais uma vez, pelo o chamado *hóspede maldito*⁴.

As doenças viram notícias, principalmente com a chegada das epidemias, do cólera e febre amarela na Província, observamos na documentação consultada como esses acontecimentos ganharam espaço na produção periódica do séc. XIX. São discursos que relatam as mazelas provocadas pelas doenças que acometeram a população, bem como as medidas profiláticas, a atuação dos poderes públicos e as relações de sociabilidade que foram modificadas pela doença.

Na historiografia, a abordagem da doença como fator social problematizada, está relacionada a renovação temática advinda da História Cultural, que passa a considerar não somente os fatores econômicos, mas incluem em suas pesquisas “o inconsciente, o mito, as mentalidades, as práticas culinárias, o corpo, as festas, os filmes, os jovens e as crianças, as mulheres, aspectos do cotidiano, enfim uma miríade de questões antes ausentes do território da História” (LUCCA, 2005, p. 113).

A doença, nessa perspectiva, ganha um caráter socialmente construído e modificado pela população em que é manifestada, tornando-se objeto de estudo e adquirindo significados que “emergem do contexto humano em que ocorrem das transformações e reações que promovem no cotidiano econômico, político, social e cultural” (SILVEIRA & NASCIMENTO, 2004, p. 28).

Se, por um lado, a doença pode ser explicada como um processo orgânico, por outro lado há uma série de interferências externas na trajetória das alterações orgânicas, a começar pelo meio ambiente, doenças endêmicas e epidêmicas, a variação de doente para doente, assim como também o modo como a sociedade vê a doença, os doentes e aqueles que tratam os doentes (BASSAGLIA, 1994, p.349 apud FIQUEIREDO, 2008, p. 76).

Além das renovações na historiografia no campo da história da saúde e das doenças, o uso de novas fontes de pesquisa, tornou perceptível a importância dos periódicos e a sua utilidade à análise historiográfica, como chama a atenção Tânia de Luca: “O estatuto da imprensa sofreu deslocamento fundamental ainda na década de 1970: ao lado da História **da** imprensa e **por meio da** imprensa, o próprio jornal tornou-se **objeto** de pesquisa histórica” (Grifos da autora, 2005, p. 118). Com a renovação das perspectivas políticas e culturais, a importância das pesquisas e estudos sobre a imprensa passa a ser considerada, transformando-a em fonte documental e agente histórico, na medida em que se envolve nos processos históricos. “Falar de grupos políticos, projetos e atuação política implica, antes de tudo, em abordar a imprensa, que era o principal veículo de atuação e propaganda política no espaço público” (SILVA, 2010, p. 22).

A imprensa do séc. XIX ganha um caráter público e de representação política, travando nos jornais embates e discursos que apresentam as relações de poder entre o Governo e a “opinião pública”. Para Marco Morel (2003), havia concepções distintas acerca do que seria a “opinião pública”. A primeira seria uma opinião baseada no intelecto, privada e crítica, fundada sobre a supremacia da razão. Outra, coletiva e normativa, identificada à vontade da maioria, tendo como fonte os cidadãos que se reuniam em assembleia para decidir acerca do bem comum. No entanto, como

⁴ A estimativa da mortalidade na epidemia de 1856 está no relatório do Presidente da Província Antonio da Costa Pinto. Disponível em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial>. No entanto, não temos como comparar tal dado com a população geral da época, pois o primeiro censo na Paraíba foi feito em 1872. MARIANO e MARIANO, 2012.

argumenta o autor, tal dualidade não consegue explicar a riqueza do conceito de opinião pública, que possui outros significados, variando suas formulações de acordo com o local ou época em que eram ditas. “Quando se fala em educação e imprensa, como canais dirigidos ao ‘povo’(compreendido aqui como carente de conhecimento ou entendimento), não é difícil verificar quem são os educadores e redatores” (MOREL & BARROS, 2003, p. 29). Muitos destes representantes da dita *opinião pública* viam-se como portadores da civilidade e sentiam-se impelidos a retirar o povo⁵ da ignorância em que se encontravam. Portanto,

(...) os periódicos construíram um ambiente aberto à discussão pública ampliando os debates para além dos espaços tradicionais e contribuindo para a inserção de parcelas significativas da sociedade na própria vida política (MOREIRA, 2006, p. 132)

É nesse sentido que compactuamos com Moreira quando percebe a relevância dos periódicos na construção do ambiente “aberto a discussão pública”. E foi partindo dessa premissa que observamos a sociedade se manifestando em relação às doenças na Paraíba oitocentista.

Como já mencionamos anteriormente o *cholera-morbus* atingiu a Província da Paraíba em 1862 e foi noticiado, através do Relatório do Presidente de Província, na época, o Sr. Dr. Francisco d’Araújo Lima, que descreveu a chegada da epidemia, primeiro em Pernambuco e, logo em seguida, em Pedras de Fogo, na Paraíba, onde se manifesta os primeiros sintomas da doença. O relatório segue ao declarar que, apesar da epidemia ter se espalhado em outras vilas, o presidente nomeia médicos para realizar visitas sanitárias em prol da saúde e socorro da população.

Para cada districto, em que foi dividida esta Cidade, nomeei a um medico dos poucos aqui existentes e recommendei-lhes procedessem a visitas sanitárias em seus respectivos districtos e autorizei-os a dispor de meios próprios ao curativo dos que infelizmente fossem accommettidos da epidemia que se avisinhava e não dispozessem de recursos próprios⁶.

Observamos na documentação que o presidente reclama que havia poucos médicos na província, mas mesmo considerando que são poucos, recomenda que se faça uma inspeção sanitária nas localidades afetadas. Muitas vezes, o anúncio oficial da chegada da epidemia na província implicava em uma “derrota política que preferiam adiar o quanto pudessem” (PIMENTA, 2004, p. 35). Nos discursos da imprensa por vezes percebemos que a falta de salubridade pública e a chegada das doenças eram utilizadas pelos opositores para criticar o governo. No entanto, ao cruzar os dados existentes entre o jornal e o relatório do presidente de província, Francisco de Araújo Lima, percebemos a convergência de discursos que indicam o apoio do jornal *A Regeneração* ao governo provincial. De acordo com a fala do proprietário do jornal, não se pretendia honrar este ou aquele grupo político, no entanto:

offerecemos-nos como auxiliar do grande partido constitucional conservador, servindo de echo as ideias proclamadas lá na capital do imperio pelo Regenerador, cujas luminosas doutrinas devemos seguir, porque somos da mesma eschola, e seita politica. (A REGENERAÇÃO, 20/04/1861, N. 01. Grifos no original)

⁶ Relatório apresentado á Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba do Norte, no dia 31 de maio de 1862, pelo presidente, dr. Francisco d'Araujo Lima. Parahyba, Typ. de J.R. da Costa, 1862. Grifos nossos.

É notória, então, a tendência conservadora presente nos discursos do jornal *A Regeneração*, bem como o seu apoio ao governo de Francisco de Araújo Lima, também de linha conservadora.

Algumas doenças como o bócio, cegueiras, tuberculose e doenças infantis estavam presentes no Brasil antes das epidemias do cólera e febre amarela. É perceptível, no entanto, que o séc. XIX foi marcado por uma série de doenças que assolavam a população e assustavam o Governo Central. Tais doenças não assolavam somente as capitais, mas chegavam ao interior do Império, atingindo algumas províncias secundárias, economicamente, como era o caso da Província da Paraíba. A Paraíba “sofreu, durante todo o século XIX, não apenas com um rol infinito de doenças, tornadas banais na sua paisagem, como também com vários surtos epidêmicos” (AGRA DO Ó, 2005, p. 12).

Falleceu segunda-feira desta semana às 4 horas da manhã o cholerico, q se achava em tractamento nas Barreiras, sendo enterrado sem grande demora, mediante os esforços do Sr. Manoel Carlos d’Almeida e Albuquerque. (A REGENERAÇÃO, 13/02/1862, N. 74)

Em tempos de epidemia, notícias como esta se tornavam corriqueiras nas publicações dos jornais. As edições analisadas do jornal *A Regeneração* de 1862, nos mostram a frequência com que tais notícias obtinham espaço nas páginas dos jornais ao relatar os últimos casos de cólera.

O jornal *A Regeneração* foi fundado em 1861 e circulou até 1862, de forma clara em suas publicações, demonstra que apoiava o governo do presidente da época, Francisco de Araújo Lima, que governou de maio de 1861 até fevereiro de 1864, reservando o espaço da primeira página do jornal às notícias oficiais por parte do governo.

Não encontramos, em nossa pesquisa quem era o proprietário do jornal *A Regeneração*. O que sabemos, no entanto, é que o jornal era publicado duas vezes por semana e se denominava “um jornal político, literário, noticioso e comercial”, que era impresso na Typographia Paraybana, Rua da Baixa, N. 44. O mesmo jornal dividia as quatro páginas em seções oficiais, que se subdividiam em expedientes do governo e despachos, notícias diversas, que incluíam pautas sobre a força policial e noticiavam acerca dos acontecimentos de algumas cidades, os comunicados, o espaço para publicações do público-leitor e os anúncios.

As notícias específicas sobre o cólera encontravam-se na seção “Notícias Diversas”, que relatava a presença e a chegada da epidemia em algumas vilas e a mortalidade causada pela mesma. Sendo assim, “Pode-se admitir, (...), que a imprensa periódica seleciona, ordena, estrutura e narra, de uma determinada forma, aquilo que se elegeu como digno de chegar até o público” (LUCA, 2014, p. 139).

Na edição de N. 72 do jornal *A Regeneração*, o Dr. Antônio da Cruz Cordeiro narra a sua visita em alguns povoados e engenhos às margens do *Rio Parahyba*, destacando o Cangulo, Capelinha e Una. Em Una, o escravo Germano, do subdelegado Francisco Manoel Carneiro da Cunha, apresenta alguns sintomas parecidos com o do cólera. Após constatar que o escravo não apresentava sintomas que caracterizavam o cólera, como diarreia, vômito, entre outros, o Dr. Cruz Cordeiro, continuou sua inspeção nos domicílios. Em algumas povoações, o médico detectou a presença da colerina, mas ratifica ao presidente de província que são casos esporádicos e que

(...) a experiência tem mostrado que quasi todos os annos de 1856 para cá apparecem aqui, ou ali taes casos sporadicos de cholerina e até mesmo de

cholera; mas não se reproduzem epidemicamente. (A REGENERAÇÃO, 07/02/1862, N. 72, grifos nossos)

A colerina, como era chamada a época, se caracterizava por um tipo mais brando da doença. Diante disso, o Dr. Antônio da Cruz Cordeiro tranquilizou o presidente Francisco de Araújo Lima, assegurando que a população da Cruz do Espírito Santo, e de outros povoados visitados, estavam livres da presença epidêmica do cólera.

O tratamento do cólera e as medidas profiláticas que deviam ser adotadas pela população eram recorrentes nas páginas dos jornais, também descreviam os sintomas da doença:

Logo que alguém sentir qualquer indisposição, como – tonteira – ligeiras dores pelo vente, como evacuações ou sem elas – gases nos intestinos – náuseas ou qualquer outro incommodo no estomago, quer vomite quer não – peso ou dôr na cabeça – dores pelo corpo – fraqueza geral – abatimento – ou tam somente diarreia, etc. etc. (A REGENERAÇÃO, 22/02/1862, N. 77)

Após identificar os primeiros sintomas da colerina, o jornal instrua os seus leitores como deveriam trata-los, de forma que eles pudessem desaparecer sem agravar o estado do doente. No entanto, se “o doente não melhora, e pelo contrario os symptomas se tornam mais graves, e tudo nelle vai resfriando como em um cadaver, temos o cholera grave ou algido” (A REGENERAÇÃO, N. 77).

De acordo com a gravidade da doença, as formas de tratamento eram modificadas e incluíam os aspectos externos e internos do doente. Podemos citar como medida interna o uso de café, vinho, aguardente ou álcool para recuperar o calor, ausente do corpo colérico. Como medida externa, o uso de pimenta malagueta para esfregar o corpo doente mostra-se eficaz. Se após seguir todas as instruções, o doente não recuperar-se, a publicação recomendava o uso de uma colher de aguardente com pingos de pimenta malagueta. O autor das recomendações, anônimo, justifica o uso da pimenta ao argumentar que “na Asia, paiz do cholera por excellencia, para combate-lo, usam de comer uma papa de pimenta em alta dose; estando verificado, que os que não morrem logo depois que a comem salvam-se” (A REGENERAÇÃO, N.77).

Remedios que se devem ter á mão para empregar, segundo foram indicados, suppon- do-se uma familia de dez pessoas.		
Hortelãa pimenta	onças duas	
Macella	onças duas	
Mustarda	libras 4	
Laudano liquido de Sydenham.	onças duas	
Elixir paregorico americano. .	onças duas	
Oleo essencial de hortelãa pimen- ta	onças uma	
Licor de Stragnoff	onças uma	
Acetato de ammoniaco	onças duas	
Tintura de cantaridas	libra uma	
Tintura de pimenta	libra uma	
Solução alcoolica de alcanfor no maximo de concentraçõ.	libras duas	
Chloroformio	onças duas	
Balsamo tranquillo	onças 4	
Ammoniaco liquido	onça uma	
Alcool	libra uma	
Extracto gominoso de opio . . .	meio graõ	
Poz de Dover	tres graõs	
Gomma arabica em pó quanto baste para uma pilula e mande mais onze.		
Pomada de belladona	onça uma	
Opio gemmoso	oitava uma	
Mistura		

Fonte: Jornal A Regeneração, 22 de fevereiro de 1862. N. 77 ANNO – II

Para evitar o alastramento das doenças, era recorrente a presença do discurso higienista como forma de disciplinar o corpo e controlar os comportamentos da população através de medidas híidas que preservavam a saúde do indivíduo e a salubridade do ambiente em que viviam.

Nessa perspectiva, a medicina social urbana, ao estender o seu olhar clínico para os segmentos sociais, irá percebê-los enquanto um organismo vivo, diagnosticando-o, identificando-o e catalogando as suas mazelas, as suas fraturas, as suas rachaduras, os seus problemas higiênicos. Nesses discursos, combinava-se a destruição dos hábitos e maneiras culturais vistos como ultrapassados e degenerativos da imagem de progresso e a pregação de práticas e condutas autorizadas pela estética vigente (BURITI, 2011, p. 27).

Legitimando o discurso higienista presente na Paraíba do séc. XIX, leis e regulamentos foram criados para dar suporte à fala dos médicos que declaravam o estado da Capital como “longe de reunir a muitos respeitos as necessarias condições hygiennicas, e de offerecer, por conseguinte, aos seus habitantes aquellas vantagens e commodidades que serão para desejar” (PARAHYBA DO NORTE, Relatório, 1862, Anexo H – Saúde Pública, p. 4).

[...] Art. 3º Toda pessoa que deitar lixos na casa do mercado publico d’esta cidade, e estragar o asseio da mesma casa, pagará quatro mil réis de multa por cada vez e na falta soffrerá quatro dias de prisão. Art. 4º Os fiscaes terão todo o cuidado na limpeza da cidade, advirtindo á todos as obrigações das posturas em vigor. (A REGENERAÇÃO, 14/03/1862, N. 81).

As leis estabelecidas pelo Governo Provincial regulavam o comportamento da população objetivando pôr em prática o discurso “civilizador”⁷ presente nos relatórios dos presidentes de província e reforçado pelos médicos da época. As instruções médicas e as ações por parte do poder público “refletiam o saber científico da época e a visão médica a respeito da transmissão das doenças, muitas vezes entrando em choque com as concepções populares” (MARIANO e MARIANO, 2012).

Os habitantes que não agissem de acordo com o que era descrito nos artigos, sofreriam sanções punitivas. As medidas estabelecidas pelo Governo Provincial tornava a população refém das ordenanças acerca das medidas higienistas presentes na Paraíba Oitocentista.

Como o *A Regeneração* apoiava o então presidente Araújo Lima, observamos que no ano de 1861 praticamente não há notícias sobre doenças no jornal. Ou seja, não era interessante para o jornal relatar as mazelas que atingiam a província, pois as epidemias geravam expectativas e medo na população, fazendo com que as doenças adquirissem um caráter político e eram usadas como forma de atingir o governo da província. Em outros casos, como o ano de 1862 quando o cólera voltou assustar a Paraíba, o governo precisava se mostrar presente tomando medidas para prevenir e acabar com a doença.

É possível conhecer as outras doenças que atingiam a Paraíba no séc. XIX através de obituários publicados no jornal *O Tempo*. O jornal *O Tempo*, de tendência conservadora, foi fundado em 1864 e tinha como proprietário e diretor da redação,

⁷ Segundo Martha Abreu. “A expressão civilização foi, certamente, uma das mais utilizadas pelas elites políticas, médicas, jurídicas, literárias e religiosas do Brasil imperial. Como se comentava à época, o país precisava avançar na civilização, aproximar-se das nações civilizadas europeias, implementar medidas civilizadoras. Nos dicionários de época, civilidade significava ‘cortesia’, ‘urbanidade’, ‘polidez’, ‘boa educação’, ‘boas maneiras’, ‘delicadeza’, ‘etiqueta’, ou seja, tudo que se opunha à rusticidade grosseira dos setores sociais mais baixos.” ABREU, 2002. p. 141-143.

Joaquim Moreira Lima⁸. O jornal era publicado nas segundas e quintas-feiras e suas seções dividiam-se em declarações oficiais por parte do governo, redação do próprio jornal ao expressar suas notas acerca das conjunturas locais, exportações, obituários e anúncios. Nos periódicos analisados de 1864-65, não encontramos publicações diretamente ligadas à manifestação de doenças na Província da Paraíba. A fonte existente que permite tornar conhecida algumas das doenças que se faziam presentes e causavam a mortalidade dos habitantes da Província era o obituário publicado em algumas edições deste jornal.

As edições de 1865 traz de forma recorrente a causa da morte de alguns habitantes da Paraíba do séc. XIX. As doenças que mais foram causadoras de mortalidade noticiadas pelo jornal são o espasmo⁹, a moléstia interior¹⁰, o estupor¹¹, a diarreia¹², a tísica¹³, entre outras que eram menos noticiadas e não causaram uma grande quantidade de vítimas. Ao comparar os dados da imprensa com os Relatórios dos Presidentes de Província, percebemos a ausência dessas doenças nos relatos dos presidentes, dos anos de 1864 e 1865.

Os Relatórios e Exposições, do ano de 1864, apresentam poucas informações acerca das doenças que atingiram a província da Paraíba, destacando apenas a ausência do cólera e a presença de doenças como “febres eruptivas, variolas e sarampo, como aconteceu na Alhanda em Dezembro ultimo” (PARAHYBA DO NORTE, Relatório, 1864). O único Relatório de Presidente de Província, do ano de 1865, que traz informações mostra, novamente, a ausência do *cholera-morbus* e da *febre amarella* e anuncia a presença da diarreia, que “fez algumas victimas, sendo as creanças atacadas em maior escala” (PARAHYBA DO NORTE, Relatório, 1865).

No que diz respeito à manifestação do espasmo, da tísica, do estupor e da moléstia interior, noticiadas de forma corriqueira nos obituários como responsáveis pela morte dos habitantes da Província, os relatórios dos presidentes não nos informam nada.

Além dos obituários presentes no jornal *O Tempo*, encontramos alguns anúncios de boticas e vendas de medicamentos, bem como a divulgação de médicos, cirurgiões e dentistas na seção dos anúncios. “Pelos jornais foi possível acompanhar de que maneira os médicos ofereciam seus serviços [...] São ofertas de serviços, indicando o que os distingue uns dos outros [...]” (FIGUEIREDO, 2008, p. 46-47).

⁸ Não encontramos maiores informações acerca do proprietário do jornal.

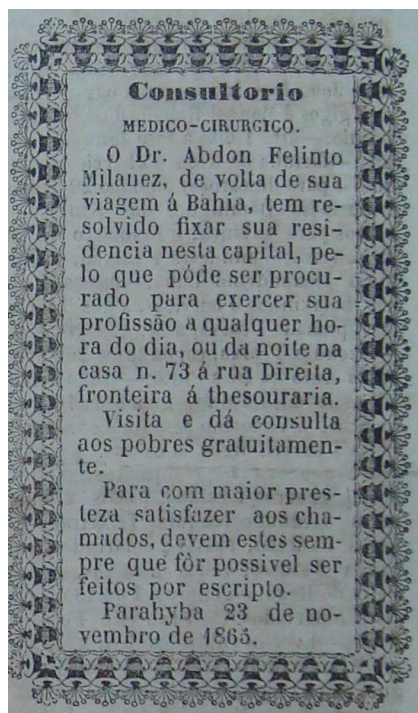
⁹ Edições de nº 25, nº 28, nº 31, nº 57, nº 59 e algumas folhas soltas de edições que não conseguimos identificar devido ao mal estado de conservação da fonte.

¹⁰ Edições de nº 14, nº 25, nº 31, nº 57, nº 59 e algumas folhas soltas de edições que não conseguimos identificar devido ao mal estado de conservação da fonte.

¹¹ Edições de nº 14, nº 28, nº 57, nº 59 e algumas folhas soltas de edições que não conseguimos identificar devido ao mal estado de conservação da fonte.

¹² Edições de nº 57, nº 59 e algumas folhas soltas de edições que não conseguimos identificar devido ao mal estado de conservação da fonte.

¹³ Edições de nº 13, nº 14, nº 31, nº 57 e algumas folhas soltas de edições que não conseguimos identificar devido ao mal estado de conservação da fonte.



Fonte: Jornal *O Tempo*, 17 de abril de 1865, N. 42, ANNO – II

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O recorte da nossa pesquisa abrange as décadas de 1850 e 1860, no entanto, nos jornais que trabalhamos não encontramos muitas informações sobre os anos de 1850. Para preencher esta lacuna temporal, Wellington Aguiar, em seu livro *A velha Paraíba nas páginas dos jornais* (1999), nos mostra, através de uma pesquisa de fôlego em jornais da época, que a Paraíba foi atingida por epidemias e doenças que ceifavam a vida de muitas pessoas residentes na Província. Segundo o autor,

A velha imprensa nos revela, nas entrelinhas, o precário conforto material da população. Morria-se com alguma facilidade; de febre tifoide, de febre amarela, também de câmaras de sangue, impaludismo, sífilis, cólera e outras doenças, não esquecendo a tuberculose. Vez ou outra um provecto cidadão deixava a família em pranto ao sucumbir a uma apoplexia.¹⁴

Diante da discussão proposta pelo artigo, percebemos como as doenças são transformadoras das concepções sociais, reorganizadoras do meio social em que se manifestam e legitimadoras das “noções de higiene que o Estado e os *cientistas* articulavam”, tornando “o povo vítima e culpado, objeto de ideal para intervenções controladoras, disciplinadoras.” (AGRA DO Ó, 2005, p. 41).

Isto posto, buscamos evidenciar enquanto objetivo de nossa pesquisa o discurso presente nos jornais, utilizado enquanto fonte primária, acerca da doença, abordando suas representações e seu uso político pelos partidários da época. Ao consultar as fontes, os resultados obtidos nos permitiram perceber as alianças políticas existentes entre os donos dos jornais e os presidentes da época, o estreitamento dessas alianças ao usar as epidemias como elo para legitimar o governo, como é o caso do presidente Francisco de Araújo Lima, citado neste artigo, bem como a percepção das doenças através das publicações dos jornais, através de notícias, anúncios ou obituários, problematizando as ações do governo e o discurso médico atuantes na Paraíba do séc. XIX.

¹⁴ AGUIAR, Wellington. *A velha Paraíba nas páginas dos jornais*. João Pessoa: A União, 1999. p. 59.

REFERENCIAS

FONTES

- **Relatórios**

PARAÍBA DO NORTE, Província da. Anexo H, Saúde Pública – Inspetoria de Saúde Pública em 14 de janeiro de 1862. (João José Innocencio Poggi). In: Relatório apresentado a Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba do Norte, no dia 31 de maio de 1862, pelo presidente, Dr. Francisco d'Araújo Lima. Parahyba, Typ. de J. R. da Costa, 1862. Disponível em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/para%C3%ADba>. Acesso em 12/05/2016.

PARAÍBA DO NORTE, Província da. Relatório apresentado á Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba do Norte no dia 1 de outubro de 1864 pelo presidente, dr. Sinval Odorico de Moura. Parahyba, Typ. de J. R. da Costa, 1864. Disponível em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/para%C3%ADba>. Acesso em 12/05/2016.

PARAÍBA DO NORTE, Província da. Relatório apresentado a Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba do Norte pelo 1.o vice presidente, exm. snr. dr. Felisardo Toscano de Britto, em 4 de agosto de 1865. Parahyba, Typ. Liberal Parahybana, 1865. Disponível em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/para%C3%ADba>. Acesso em 12/05/2016

- **Jornais**

- *A Regeneração*, ano 1, N. 01, Paraíba do Norte, 20 de Abril de 1861. Disponível em: memoria.bn.br. Acesso em 08 de junho de 2016.
- *A Regeneração*, ano 2, N. 72, Paraíba do Norte, 7 de Fevereiro de 1862. Disponível em: memoria.bn.br. Acesso em 12 de maio de 2016.
- *A Regeneração*, ano 2, N. 74, Paraíba do Norte, 13 de Fevereiro de 1862. Disponível em: memoria.bn.br. Acesso em 12 de maio de 2016.
- *A Regeneração*, ano 2, N. 77, Paraíba do Norte, 22 de Fevereiro de 1862. Disponível em: memoria.bn.br. Acesso em 12 de maio de 2016.
- *A Regeneração*, ano 2, N. 81, Paraíba do Norte, 14 de março de 1862. Disponível em: memoria.bn.br. Acesso em 12 de maio de 2016.
- *O Tempo*, ano 2, N. 13, Paraíba do Norte, 5 de janeiro de 1865. Arquivo Privado Maurílio de Almeida.
- *O Tempo*, ano 2, N. 14, Paraíba do Norte, 9 de janeiro de 1865. Arquivo Privado Maurílio de Almeida.
- *O Tempo*, ano 2, N. 25, Paraíba do Norte, 16 de fevereiro de 1865. Arquivo Privado Maurílio de Almeida.

- O Tempo, ano 2, N. 28, Paraíba do Norte, 27 de fevereiro de 1865. Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba.
- O Tempo, ano 2, N. 31, Paraíba do Norte, 9 de março de 1865. Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba.
- O Tempo, ano 2, N. 42, Paraíba do Norte, 17 de abril de 1865. Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba.
- O Tempo, ano 2, N. 57, Paraíba do Norte, 8 de junho de 1865. Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba.
- O Tempo, ano 2, N. 59, Paraíba do Norte, 15 de junho de 1865. Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Martha. Civilização. In: VAINFAS, Ronaldo. Dicionário do Brasil imperial. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002. p. 141-143.

AGUIAR, Wellington. A velha Paraíba nas páginas dos jornais. João Pessoa: A União, 1999.

BURITI, Iranilson. Leituras do sensível: instrução moral e práticas médico-educativas no Segundo Império. In: CURY, Cláudia Engler & ROCHA, Solange Pereira da (Orgs.). Culturas e sociabilidades no Oitocentos: possibilidades de pesquisa. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2011. p. 27-45.

FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. A Arte de curar: cirurgiões, médicos, boticários e curandeiros no século XIX em Minas Gerais. Belo Horizonte: Argumentum, 2008.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org^a). Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2005. p. 111-153.

MARIANO, Serioja Rodrigues Cordeiro & MARIANO, Nayana R. C.. O medo anunciado: a febre amarela e o cólera na Província da Paraíba (1850-1860). Revista Fênix. João Pessoa, ano IX, v. 9, p. 1-20, 2012. Disponível em: http://www.revistafenix.pro.br/PDF30/DOSSIE_ARTIGO_5_SERIOJA_RODRIGUES_CORDEIRO_MARIANO_E_NAYANA_R_C_MARIANO_FENIX_SET_OUT_NOV_DEZ_2012.pdf. Acesso em: 12 de maio de 2016.

MOREL, Marco & BARROS, Mariana Monteiro de. Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 7-50

NASCIMENTO, Dilene Raimundo do & SILVEIRA, Anny Jackeline Torres. A doença revelando a história: uma historiografia das doenças. In: NASCIMENTO, Dilene Raimundo do & CARVALHO, Diana Maul de (Orgs.). Uma história brasileira das doenças. Brasília: Paralelo 15, 2004. p. 13-10.

Ó, Alarcon Agra do. Relatos de Males: notas acerca dos modos de adoecer na Paraíba Imperial. In: Ó, Alarcon Agra do et al. A Paraíba no Império e na República: estudos de história social e cultural. 2ª. Ed. João Pessoa: Idéia, 2005. p. 11-45

PIMENTA, Tânia Salgado. Doses infinitesimais contra a epidemia do cólera em 1855. In: NASCIMENTO, Dilene Raimundo do & CARVALHO, Diana Maul de (Orgs.). Uma história brasileira das doenças. Brasília: Paralelo 15, 2004. p. 31-51.

SILVA, Carolina Paes Barreto da. A trajetória D'O Repúblico no fim do Primeiro Reinado e início da Regência: os discursos impressos de Antônio Borges da Fonseca sobre a política imperial (1830-1832). Dissertação (Mestrado em História) – Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2010. p. 9-45.